

Laboratório de História Antiga – UFRJ



PHOÏNIX



mauad X



2014

RESENHA

THOMMEN, Lukas. **An environmental history of ancient Greece and Rome**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012, 186 p.

ECOLOGIA E ANTIGUIDADE*

*José Antonio Dabdab Trabulsi***

L. Thommen, professor na Universidade de Zurique, lança agora uma versão inglesa, em parte reescrita, de seu livro recente em alemão. Segundo ele, no mundo antigo greco-romano, houve uma relação ambígua entre o homem e a natureza. Para os antigos, a natureza era habitada por potências divinas que deviam ser respeitadas. Mas, por outro lado, os humanos deviam dominar a natureza e dispor de seus recursos. O autor, então, se dá por missão apresentar as maneiras de os antigos intervirem na natureza e retrazar a história dessas relações. O livro é apresentado como sendo destinado a um vasto público – especialistas, estudantes e outras pessoas interessadas pela ecologia. Nós sabemos que o público de língua alemã é mais sensível que outros aos temas relacionados à natureza, e isso desde o Romantismo até os nossos dias, passando pela época dos rudes combates em torno do uso da energia nuclear. Sabemos, então, estar tocando um tema sensível do mundo atual, a ecologia, e uma nova especialidade no campo dos estudos históricos, a história ambiental. Nada de novo quanto a esse tropismo contemporâneo, e nós partilhamos a convicção de certo número de historiadores, segundo a qual toda história é história contemporânea. Henri Francotte, numa Bélgica

* Recebido em 10/01/2014 e aceito em 10/02/2014.

** Professor titular do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

que era então (1900) a segunda potência industrial do mundo, escreveu o seu clássico livro **L'industrie dans la Grèce ancienne** (Liège, Bibliothèque de la Faculté, 2 volumes, 1900-1901); e Jules Isaac, numa França mergulhada na escuridão da ocupação nazista e da colaboração do regime de Vichy, escreveu um livro sobre os golpes antidemocráticos na Atenas do V século, livro que era ao mesmo tempo uma denúncia da realidade do momento (**Les Oligarques. Essai d'histoire partielle**. Paris, Les Editions de Minuit, 1945) – dois exemplos dentre muitos. O anacronismo só é nocivo quando a história é malfeita. Vejamos então o livro.

Numa Introdução (p. 1-16), o autor coloca os principais elementos concretos das relações dos antigos com o meio ambiente. Ele examina a terminologia e as relações do vocabulário contemporâneo da ecologia com as palavras antigas, como natureza, *environment*, clima, desastre, ecologia, catástrofe, etc. Também examina as abordagens modernas da história ambiental e apresenta alguns trabalhos importantes que já foram produzidos acerca da história ambiental da Antiguidade.

O livro se compõe de duas grandes partes, sensivelmente equivalentes em número de páginas e em estrutura dos capítulos: uma parte sobre a Grécia, a outra sobre Roma. A parte sobre a Grécia (p. 17-65) começa com o capítulo 1, *The geographical space* (p. 19-28), no qual apresenta a geografia da Grécia, com um interesse especial pelo fenômeno da expansão grega e da colonização ao longo de toda a sua história. Examina alguns elementos decorrentes da exploração dos recursos naturais do interior das terras, assim como o uso da terra propriamente dito. Em seguida, explora alguns dados da história do clima, indicando um período mais frio e úmido entre 850 e 600 antes da nossa era, com um relativo esquentamento e maior secura a partir do século II do mesmo período. Interessa-se pela linha do litoral e pelos estuários dos rios. Estima o nível do mar como sendo até dois metros mais baixo do que hoje, com, em determinados lugares, efeitos mais importantes sobre o desenho da linha do litoral – assim como um efeito de sedimentação dos estuários, que, em alguns casos, significou uma extensão das terras de até 2 km por século, e isso por razões naturais, mas em pontos bem precisos, até com certa “contribuição humana”. E dá exemplos interessantes, como os casos de Priene e de Alexandria.

As relações entre os gregos e a natureza são estudadas no capítulo 2 (*People and nature*, p. 29-32), e essas relações lhe parecem “fundamentally conflicting”. Ao lado de imagens idílicas de uma natureza feliz, temos o medo

das forças terríveis da natureza. A agricultura e a fundação de cidades podem ser vistas como uma injúria à natureza, exigindo ritos de expiação diversos e variados. Ele passa em revista a informação literária, Hipócrates, Sófocles, Homero, Heráclito, Platão, Aristóteles, o Estoicismo. No conjunto, e apesar das variações, prevalece a fé no caráter inexaurível da natureza, a natureza como objeto legítimo de exploração e o homem como seu senhor. Temos um sobrevoio do assunto forçosamente rápido, mas bastante esclarecedor.

Segue uma apresentação sem novidades da agricultura grega (capítulo 3, *Agriculture*, p. 33-36), com apenas algumas considerações sobre a prática das devastações das terras agrícolas durante as guerras (com uma opinião moderada sobre os efeitos destruidores, a longo prazo, de tais práticas – o que é correto, penso eu). É um capítulo um pouco decepcionante no que se refere às relações com o meio ambiente.

No capítulo 4 (*Forests and timber*, p. 37-41), o autor retraça uma história da cobertura vegetal na região, com especialmente um recuo das coníferas, que já se teria efetuado desde a Idade do Bronze, ou até antes. A madeira, utilizada para a construção e como combustível, mas também, mais tarde, para o trabalho das minas e construção naval em larga escala, rapidamente se torna insuficiente em Atenas, o que se transformará numa das grandes preocupações da política da cidade. Muito depressa se torna evidente que a destruição das florestas é a mais importante das intervenções dos gregos na natureza. Usa em especial a célebre passagem de Platão (*Crítias* 110c-112e) em que vemos a questão do desflorestamento e da erosão dos solos. Ele revela uma real consciência dos problemas ambientais, mas não desemboca em acusações nem na formulação de uma aspiração a outro comportamento. A substituição de florestas por terras agrícolas sempre foi vista como um progresso de civilização. Mas a escassez de madeira também resultou em controles estatais sobre certas florestas e na consciência de que um uso moderado dos recursos era a condição de sua permanência. Entretanto, para o autor, as devastações do século XIX foram, muito mais que as da Antiguidade, as responsáveis principais pela mudança na paisagem, pois, segundo ele, a Antiguidade conheceu uma certa capacidade de reconstituição natural de florestas, embora nem sempre com as mesmas árvores. Temos aqui um capítulo muito mais centrado no tema, o meio ambiente.

Chega-se aos jardins (*Gardens*, p. 42-44). Contrariamente aos jardins reais, integrados aos palácios da antiga Mesopotâmia, as cidades gregas nos espaços residenciais possuíam muito pouco verde. Os jardins sagrados

ficavam um pouco afastados, quase sempre nos arredores da cidade. Mas eram quase sempre acessíveis a todos e protegidos. As hortas e os jardins frutíferos são bem atestados pelas fontes desde Homero, e eram ao mesmo tempo espaços agradáveis e utilitários. Mais tarde, aparece o jardim dos filósofos, os jardins de prazer e de estudo. Esses espaços verdes vão aumentar na época helenística, como em Antioquia ou em Alexandria, ou ainda em Siracusa, num mundo em crescente urbanização.

Os animais (capítulo 6, *Animals*, p. 45-48) eram parte importante da alimentação e forneciam matérias-primas indispensáveis. Eles eram também companheiros, guardiães, objetos de espetáculos e de caça. Oferecidos aos deuses eram, pelos sacrifícios, consultas, presságios, um meio de comunicação com eles. Os gregos admiraram os animais como encarnações da natureza, mas viram neles também um perigo a ser vencido. Os deuses eram majoritariamente antropomorfos, mas seres mistos não foram raros. Os animais funcionam muitas vezes como atributos dos deuses, como a águia, a coruja ou a serpente, entre outros. Para Aristóteles, os animais, seres sem razão (*logos*), não exigem um tratamento justo por parte dos homens; ele faz dos animais um objeto de exploração. Para o Estoicismo também, os homens possuem o direito de dispor deles à vontade. Mas outras atitudes também foram expressas: o vegetarianismo dos pitagóricos; Teofrasto e sua defesa ética da proteção dos animais e crítica do sacrifício sangrento. Mas, acrescenta o autor, “the majority assumption was that humans had no moral obligation towards animals, which justified interventions in animal populations, and would later influence Rome and also Christianity” (p. 48).

Segue um capítulo mais convencional acerca da alimentação grega (*Food*, p. 49-53), no qual ele passa em revista as opiniões e as interdições em relação aos diversos alimentos, examina as questões de escassez alimentar, descreve o banquete grego, calcula o valor em calorias das diversas refeições, indica as carências e doenças de origem alimentar. Certos tabus relativos aos peixes e certas leguminosas são bem explicados. Mas, no total, vemos poucas relações diretas com o seu tema da história ambiental.

Em seguida (capítulo 8, *Fire and water*, p. 54-58), o autor analisa longamente a mitologia do fogo e, sobretudo, da água. Explica as especulações científicas sobre os quatro elementos nos filósofos. É só depois disso que ele aborda a questão da falta crônica de água na região Sul da Europa, apresentando as estratégias dos gregos para o abastecimento, poços, cisternas,

aquedutos: Samos e seu aqueduto de 2 km, com um túnel de 1 km; Atenas e sua famosa fonte; Temístocles e seus trabalhos hidráulicos, bem menos conhecidos do que seus feitos militares. Aborda também a poluição da água e alguns casos célebres em Atenas, diversos na época helenística, no Nilo (com muitas mortes), ou ainda os envenenamentos propositais com objetivos militares, como durante a guerra do Peloponeso. Ele mostra também o ressecamento de lagos e, desde essa época, as consequências sobre a agricultura e até sobre o clima local (em Larissa, na Tessália, por exemplo, p. 58).

A região do Mediterrâneo é uma área sísmica (capítulo 9, *Earth quakes and volcanoes*, p. 59-61). A religião e a filosofia deram respostas a esses fenômenos. Poseidon era o deus que fazia a terra tremer, e o pensamento filosófico deu diversas explicações através de Tales, Anaximandro, Anaxímenes, Demócrito, Empédocles, Antifonte, Aristóteles, através de teorias diversas – “pneumática”, “vulcânica”, etc. Historiadores e geógrafos anotaram e comentaram as ocorrências (Esparta, 464; tsunami na costa da Eubeia, 426; Rodes, 227), sem que tenhamos traço, para a época grega, de medidas de prevenção de qualquer tipo que seja. Os vulcões e as erupções suscitaram explicações e registros (Etna, ilhas Lípari, Vesúvio). Alguns fizeram o elogio das terras vulcânicas para a viticultura, por exemplo. Mas o mundo grego não conheceu uma verdadeira catástrofe vulcânica depois de Thera no II milênio.

Thommen chega, então, a um tema importante para livro: as minas (capítulo 10, *Mining*, p. 62-65). As pedreiras e as minas, apesar de pontuais sobre o território, eram de grande importância: mármore (Pentélico, Paros, Naxos); cobre em Chipre; prata em Sifnos; ouro em Tebas; o Láurion e suas galerias subterrâneas, seu grande número de escravos, sua forte mortalidade por desmoronamentos de galerias ou poluição da água e do ar – as minas foram fonte de invalidez, de infertilidade, de defeitos genéticos, de doenças nervosas, de anemias. É uma atividade de fortíssimo impacto sobre o meio ambiente – destruição de florestas e erosão do solo foram, entretanto, aceitas, e as minas eram muito apreciadas. Mas no conjunto do mundo antigo, as minas foram causa dos mais sérios impactos do homem sobre a natureza, e alguns desses impactos deixaram traços que são visíveis até hoje. Tudo isso é muito interessante e da maior importância para o tema do autor – e nós ficamos a nos perguntar a razão pela qual ele não dedica mais do que essas duas ou três páginas ao assunto.

Na segunda parte do livro (*Rome*, p. 67-140), Thommen retoma a mesma sequência de capítulos: espaço geográfico, agricultura, etc. O mundo romano colocou a questão das relações com a natureza num outro patamar, bem mais considerável do que o mundo grego (em termos de superfície ocupada, cidades maiores, rede de estradas, etc.) Mas, ainda assim, o impacto sobre a natureza foi “relativamente limitado” (p. 71). Podemos considerar justa essa avaliação do autor, mas é preciso observar que ele adota para tal julgamento um parâmetro de comparação muito alto, que é o do mundo contemporâneo.

Já que Roma escapa ao âmbito da nossa crônica, observemos simplesmente algumas análises pontuais. O autor destaca (p. 74) os efeitos integradores das estradas romanas, o estímulo para as trocas e para as viagens, uma maior mobilidade em geral, inclusive com as viagens educativas ou turísticas – ainda longe, é claro, do nosso turismo de massa, mas que já foi suficiente para suscitar críticas filosóficas (p. 75). Como para os gregos (porém mais do que para eles), houve críticas e queixas sobre a destruição da natureza, mas muito raramente medidas para impedi-la (p. 77). Não existia amor pela natureza enquanto tal, e sim uma preocupação com sua utilidade e seu rendimento. A atitude era a de preservação do recurso natural, e não a de uma “proteção da natureza”. O autor propõe (p. 85-89) uma explicação detalhada do impacto da presença romana na Germânia, com um recuo importante das florestas num primeiro momento, seguido de uma reconstituição, por vezes com árvores diferentes, depois do IV século da nossa era (a partir de dados da dendrocronologia e da análise de polens). Ele dá aqui um bom exemplo da pluridisciplinaridade necessária nesse campo de estudos.

Os romanos desenvolveram ainda mais o gosto pelos jardins na cidade, jardins privados em sua maior parte, um espaço que contribuía para o abastecimento alimentar e fornecia prazer. Eram, em geral, fechados ao público, salvo ocasionalmente para clientes do proprietário. Os palácios imperiais deram ainda maior dimensão a esses jardins, que eram, por vezes, abertos, mas não deixaram de suscitar críticas ligadas à opulência da prática, assim como queixa ligada ao fechamento das margens de rios ou de lagos (p. 90-94). O autor observa também uma especificidade romana: o gosto exacerbado pela captura de animais para exibição e sacrifício público. Isso ocasionalmente tomou tal proporção que chegou a colocar em perigo de extinção certas espécies (elefantes da Líbia, leões da Tessália, hipopótamos do Nilo). Mas, mesmo quando tal situação é indicada pelos antigos, não há uma verdadeira crítica, pois é prática vital para o Estado, também se con-

siderando que presta serviços à agricultura. Não há uma preocupação com a preservação das espécies. Indício interessante da atitude dos romanos: os animais são quase sempre representados em posição subalterna, sobretudo sendo caçados (p. 97). Certas correntes de pensamento, os neopitagóricos, ou alguns autores como Plutarco ou Porfírio, ou mais tarde os cristãos, terão, por vezes, posições um pouco diferentes ou mais “favoráveis” aos animais.

O autor faz análises importantes sobre o fogo, os incêndios, a concentração imobiliária durante a República, e indica alguns esforços, sobretudo de prevenção, para limitar os efeitos do fogo (p. 103-105). Faz também uma boa análise da água em Roma: os problemas e as soluções de abastecimento; tentativas de cálculo do consumo por habitante; explica a organização, a gestão e o financiamento do sistema; avalia os problemas de poluição da água, de escoamento das águas servidas, e chega a uma avaliação moderada sobre a questão dos envenenamentos, intoxicações e zonas fétidas – em geral, a situação não foi excessivamente alarmante (p. 106-113).

No Mediterrâneo romano, os tremores de terra e os tsunamis foram numerosos, por vezes com efeitos catastróficos. Houve certas tentativas de compreensão do fenômeno ou de prevenção de riscos pela magia e pela astrologia. Mas a resposta habitual foi o socorro, a ajuda para reconstruir e a isenção de taxas por algum tempo. Não houve qualquer organização permanente para gerir os desastres (p. 115). Em relação a esse ponto, faz uma descrição detalhada da erupção do Vesúvio, suas consequências, suas explicações pelos contemporâneos, a gestão da crise essencialmente através do evergetismo imperial (p. 115-120).

Para dar uma ideia da importância das minas e o volume de extração, o autor mostra que 38 toneladas de metal eram necessárias para o equipamento de apenas uma legião romana, sem contar todo o resto, como a circulação de moedas, que foi multiplicada por dez em poucos séculos. Vemos, então, “paisagens lunares”: devastadas, numerosas em algumas regiões, como a Espanha, é claro, mas também em outras tão longínquas como a Suécia (p. 123). Ovídio e Plínio criticam as minas e defendem o uso dos produtos da superfície da terra, porém mais numa perspectiva moral do que com um objetivo de preservação. Por outro lado, os mineiros eram vistos como conquistadores da natureza.

Em outro momento (p. 127-128), Thommen pinta o retrato de uma Roma superpovoadas, com muito barulho em todas as horas do dia e da noite, higiene

precária e má qualidade do ar, imundícies por toda parte, muita fumaça de cremações, madeira queimada nas termas, etc. Apesar de os antigos terem considerado o contágio proveniente do ar poluído, poucos esforços de saneamento foram empreendidos. Penso que o autor minimiza um pouco a dificuldade de tal empresa numa cidade antiga de um milhão de habitantes. Essas considerações lhe fornecem uma boa transição para falar da fuga da cidade em direção a residências rurais de luxo, e ele chega a mostrar o golfo de Nápoles como inteiramente ocupado (a partir de Estrabão, 5,4,8), numa imagem que não deixa de evocar a “selva de pedra” da Côte d’Azur no século XX, tal como denunciada pelos ecologistas. Com certos riscos, outra vez, de exagero. Essas residências rurais luxuosas uniam o conforto de um estilo de vida urbano com o prazer das paisagens e de uma natureza “melhorada” pelos jardins, fontes, esculturas, etc. Apesar disso também ter suscitado críticas pela luxúria ou por causa da ocupação privada das margens de rios e de lagos, tudo ainda era visto como uma forma de vitória sobre a natureza, e nenhum pensamento conservacionista emergiu.

Como uma espécie de balanço geral, ele diz que:

Since total populations were still limited, and the extent of overall damage remained relatively slight, or correctable, no comprehensive criticism of the handling of environment arose. Nevertheless, measures to limit damage and also to protect and preserve resources were indeed initiated by the state. That enabled crops, tree and forests to be restored, albeit often in changed form, and bodies of water and drinking water to be provided to the general public on a long-term basis. Both individuals and the community had to take at least partial responsibility for nature and its assets. Overall, a pragmatic line was pursued, which made nature and its resources available for common use, but also preserved them for the benefit of the community. Nevertheless, the extensive mining of raw materials caused permanent environmental damage, which is in some cases visible or ascertainable even today. (p. 142)

Encontramos neste livro algumas dificuldades comuns a livros de disciplinas que emergem, e especialmente a tendência em reproduzir esquemas já conhecidos de outros ramos: história da agricultura, história da indústria, história da filosofia, história das religiões, etc., inserindo-os numa nova ótica. As fontes ainda não são totalmente abordadas de acordo com um novo

“modo”, o de uma “história ambiental” ainda em construção. É preciso também levar em consideração o peso da tradição dos estudos antigos, que torna toda nova abordagem mais difícil para o autor de história da Antiguidade. Isso é normal no início, e vai, sem dúvida, mudar com o tempo. Mas, enquanto há um século as novas temáticas da História encontravam muitas vezes na história antiga o seu primeiro campo de aplicação (e, de tal forma, era a história antiga que dava o “tom” da nova abordagem), já faz muito tempo que as novas abordagens “chegam” à história antiga depois de terem sido “moldadas” em outras especialidades – daí decorre um risco, uma dificuldade suplementar para o historiador da Antiguidade. Apesar de tudo isso, é preciso saudar o esforço desta primeira síntese de história ambiental da Antiguidade clássica. É uma história que começa e que vai continuar...